



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXXVII — Nº 151

TERÇA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1982

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 163ª SESSÃO, EM 25 DE OUTUBRO DE 1982

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**SENADOR ALMIR PINTO** — Falecimento do pianista Jacques Klein.

**SENADOR LEITE CHAVES**, como Líder — Assassinato do Deputado Heitor Alencar Furtado.

**SENADOR JOSÉ FRAGELLI** — Clima de insegurança coletiva, tendo em vista o desvirtuamento do aparelho policial em nosso País. Implicações do crescente endividamento dos Estados, em particular do Estado de Mato Grosso do Sul, e dos Municípios.

##### 1.2.2 — Comunicação da Presidência

Reassunção do Sr. Roberto Saturnino ao seu mandato senatorial.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

Trabalhos das Comissões.

##### 1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

#### 2 — RETIFICAÇÃO

Ata da 146ª Sessão, realizada em 29-9-82.

#### 3 — MESA DIRETORA

#### 4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## ATA DA 163ª SESSÃO, EM 25 DE OUTUBRO DE 1982

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. LUIZ CAVALCANTE

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Eunice Michiles — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Luiz Fernando Freire — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Martins Filho — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — João Calmon — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Dulce Braga — José Fragelli — Leite Chaves.

**O SR. PRESIDENTE** (Luiz Cavalcante) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

**O SR. ALMIR PINTO** (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Faleceu, para consternação do Ceará e do Brasil, Jacques Klein, pianista e concertista de renome, intérprete de músicas clássicas, da lavra de Beethoven, Brahms, Chopin, Mozart, e outras figuras constelares da divina arte.

Nascido na cidade de Aracati, no Ceará, desde a infância denotava o seu pendor para a música.

Encontrei, Sr. Presidente e Srs. Senadores, no Jornal *O Globo* um artigo escrito por Antônio Hernandez — “Último Mergulho do Grande Artista na Direção Espiritual, 1930-1982: Jacques Klein”, onde diz o articulista:

Jacques Klein nasceu em Aracati (Ceará), em 1930, e aprendeu a amar a música no meio que seu pai animava como diretor da Cultura Artística. Iniciou-se no Rio, com Liddy Chiaffarelli Mignone e Lúcia Branco. Interessado pelo jazz e a música popular, na adolescência, redescobriu seu verdadeiro ideal assistindo a um filme ilustrado pelo Concerto nº 2 de Rachmaninoff. Uma bolsa de estudo de Carlos Guinle permitiu-lhe retomar seus estudos em Nova Iorque, orientado por William Kappel, entre 1950 e 52. Nos dois anos seguintes estudaria em Viena, com Bruno Seidlhofer, e em 1953 conquistaria o primeiro prêmio do Concurso de Genebra, que não era atribuído desde 1948. Foi a aurora da brilhante carreira internacional que ele cumpriu. A vitória, entretanto, surpreendeu o próprio pianista, que não tinha ainda um repertório importante para enfrentar a carreira. A memória privilegiada que tinha e sobretudo a configuração natural das suas mãos, que como poucas outras nasceram inconfundivelmente para o teclado, entretanto, foram as condições que lhe permitiram enriquecer rapidamente seu repertório. Em pou-

cos anos tocava toda a obra para teclado de Beethoven, grande parte das obras de Chopin, Schubert, Schumann, Liszt, Brahms, Ravel, Debussy, muito Mozart e Prokofieff. Foi por volta de 1975 que Jacques Klein passou a cultivar com maior dedicação a música de câmara. Fez então com Salvatore Accardo o duo (violino e piano) mais festejado dos últimos anos na Europa. Essa prática deu nova dimensão às suas interpretações, como recitalista, quando começavam a manifestar-se os primeiros sinais das doenças que o vitimaram. Klein era um pianista completo, em condições de partir para a conquista definitiva do reconhecimento universal de sua arte, na primeira categoria do século.

Descendente de tradicional família do Ceará dispôs de meios para aprimorar-se no dedilhar do piano, a quem devotava todo o seu aprendizado, chegando a ser um "virtuoso" do teclado.

A última visita que fez ao seu Estado natal, foi em agosto de 1979, quando o tradicional Clube Náutico Cearense, comemorava os seus 50 anos de existência.

Jacques Klein, brindou os seus conterrâneos com um belo concerto, mostrando o seu virtuosismo na interpretação de músicas clássicas e modernas, recebendo da seleta assistência veementes aplausos.

Tinha, ainda, o notável pianista da aristocrática Aracati, planos para o futuro, quando foi surpreendido por terrível doença que viria causar os maiores embaraços à sua vida de artista.

Contristados, todos recebemos a infausta notícia do seu falecimento ocorrido no Hospital Samaritano, por volta das 9 horas e 30 minutos do dia 23 do mês andante, exatamente quando Jacques Klein contava 52 anos de idade.

Muito moço, ainda, decerto sonhava com maiores triunfos para a sua carreira de artista consagrado já que, com maestria, embevecia as platéias cultas do mundo.

Jacques, ao fechar os seus olhos para o mundo, deixa uma única descendente, a filha Daniela, de 23 anos.

Ao fazer este registro — deveras comovido, desejo expressar — em meu nome e, acredito, do Senado Federal, as nossas condolências aos familiares do saudoso Jacques Klein, na pessoa de sua filha Daniela, ao Governador do Estado do Ceará e ao Prefeito Municipal de Aracati, terra natal do saudoso Jacques Klein.

*O Sr. Leite Chaves — V. Exª me permite um aparte?*

O SR. ALMIR PINTO — Com o maior prazer.

*O Sr. Leite Chaves —* Senador Almir Pinto, o PMDB se solidariza com V. Exª neste instante que presta esta homenagem póstuma ao grande pianista, ao grande intérprete de Beethoven, que foi Jacques Klein, que morreu novo demais, causando uma grande surpresa para os brasileiros e, sobretudo, para os cultores da música clássica, especialmente os admiradores da obra de Beethoven que nele, no Brasil, tinha um dos maiores expoentes, como intérprete. Cearense, conterrâneo de V. Exª, Jacques Klein foi um acrisolamento já da manifestação artística. Dizem que somente povos envelhecidos através dos tempos, que sofreram, que adquiriram uma harmonia secular etnológica é que são capazes de dar gênios, santos e filósofos. Então, Jacques Klein já foi uma manifestação acrisolada de valor, decorrente já da civilização do povo cearense ou, de um modo geral, do povo nordestino, que ao longo do tempo está insulado numa determinada região do País, vivendo os mesmos sofrimentos, os mesmos problemas, identificado com os mesmos anseios artísticos e de liberdade e que já está apresentando no País grandes manifestações na literatura, nas artes de um modo geral e na própria música. Dizem que é preciso se sentir mais, bastante, sentir intensamente para fazer com que os outros sintam e esse sentimento profundo, na música, não é somente para quem cria, é também para quem a interpreta. E, dentro deste critério, Jacques Klein foi um grande intérprete da música clássica, um grande pianista brasileiro, sobretudo porque sentia intensamente e fazia com que este sentimento fosse sentido profundamente também pelos que o ouviam. Se há uma homenagem justa, se há um registro à altura de uma memória, é este que V. Exª faz: Jacques Klein estava entre os grandes intérpretes da música clássica do Mundo. Havia para ele um paralelo, como intérprete de outro grande músico: ele, como intérprete de Beethoven, e Philippe Entremont, francês que ainda vive, como intérprete de Chopin. É uma grande perda para o Ceará e para o País. O registro que V. Exª faz, e que haverá de eternizar o seu nome nos Anais desta Casa, é dos mais merecidos. É por isso que, em nome pessoal, como Senador

desta Casa e sobretudo como membro do PMDB que hoje, em nome da Liderança, expresse essa solidariedade ao discurso *post mortem* que V. Exª faz, cultuando a sua memória. Muito obrigado.

O SR. ALMIR PINTO — Agradeço, sensibilizado, o aparte de V. Exª, em nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Na verdade, Jacques Klein foi um homem do Brasil. Ele, com a sua maestria, com o seu dedilhar magistral no teclado do piano, conseguiu enternecer as platéias as mais cultas da Europa, mas fazia, sobretudo, com que a sua música tocasse profundamente o sentimento da alma brasileira.

Daí por que, neste instante, como seu conterrâneo, representando aqui neste plenário o Estado do Ceará, levanto a minha voz para prantear a morte daquele que em vida foi um dos maiores pianistas do Mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Senador Leite Chaves, que falará como Líder de Partido.

*O SR. LEITE CHAVES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Fragelli.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Venho à tribuna para um simples comentário e considerações acerca de algumas implicações dessa avalanche de empréstimos aos Estados e municípios.

Antes, porém, quero fazer breves comentários, valendo-me do tema que acaba de abordar com brilhantismo, segurança, e nesse pronunciamento sereno e profundo, o nobre Senador Leite Chaves, particularmente quando S. Exª falou nos estímulos à ação criminosa de determinadas autoridades, estímulos que vêm sob diversas formas e de diversas maneiras. A Polícia, de um modo geral, neste País, nos Estados, é formada sem maiores seleções, apanhando elementos muitas vezes marginais. A eles nada se exige, senão que se submetam às ordens do chefe. Os seus salários em geral são baixos, mas a autoridade policial fecha os olhos à ação desses policiais, muitas vezes aumentando os seus proventos de maneira ilícita, forçando cidadãos a lhes pagarem alguma coisa quando são apanhados em faltas de menores gravidades. É conhecido o processo pelo qual, em muitos Estados, os cidadãos são desarmados e as armas passam a ser propriedade do policial que as tomou e, através de processos como esses, vão funcionando as polícias estaduais.

Pior porém, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é quando as mais altas autoridades e, por vezes, até os governadores, como ressaltou o ilustre Senador Leite Chaves, estimulam os policiais, dão-lhes força, dão-lhes autoridades, dão-lhes asas, como se costuma dizer. Governadores que criam um ambiente tal que os maus elementos da Polícia, porque nem todos o são, se sentem encorajados à prática dos excessos, dos abusos e das violências.

O nosso Governador do Mato Grosso do Sul, Sr. Presidente, é um homem que vive cercado de policiais. No Governo, ou fora do Governo, sempre tem os seus protetores. Se V. Exª, eminente Senador que agora preside os trabalhos da Casa e que conhece muito bem o meu Estado, for a Campo Grande, verá a casa do Governador, coisa que jamais aconteceu em Mato Grosso, com guaritas dos soldados nos quatro cantos e nos meios da casa — a casa guardada por policiais, Sr. Presidente. Ele não sai senão acompanhado por carros com policiais com metralhadoras. Ele mesmo dando, assim, uma demonstração de que o Estado viveria em insegurança.

Eu me permito aqui citar um fato, uma testemunha do mais alto crédito neste País, hoje membro do Supremo Tribunal Federal, pessoa de quem se falou de que até poderia ser o nosso Presidente da República agora, e quisesse Deus que ele tivesse sido, porque eu acredito que este homem, com tradições políticas, filho de quem é, o General Reinaldo Melo Almeida, se ele fosse o Presidente outra seria a situação da democracia brasileira hoje.

Certo dia, e foi àquela época, Sr. Presidente, em que de fato as autoridades deviam tomar certos cuidados, porque havia seqüestros de autoridades e atentados contra autoridades, eu, como Governador, andava em Campo Grande completamente, como sempre andei, sem nenhum guarda, sem nenhum acompanhamento. E o General Reinaldo, justamente preocupado naqueles dias de violência, disse-me:

— Governador, o senhor me põe em compromisso não andando com nenhuma segurança. Eu gostaria que o senhor tivesse segurança, porque eu sou responsável pela sua integridade, pela defe-

sa da sua pessoa, sobretudo aqui na sede do Comando da Região Militar."

Eu respondi a S. Ex<sup>a</sup>:

"Que eu morava em Campo grande desde os 12 anos de idade e não tinha coragem de sair à rua daquela minha cidade com qualquer segurança, eu me sentia constrangido e até envergonhado perante os meus concidadãos, aquelas pessoas com quem sempre convivi desde os 12, 13 anos de idade, e que eu estava disposto a dar a S. Ex<sup>a</sup> até um documento escrito isentando-o de toda e qualquer responsabilidade."

Sr. Presidente, o fato não tem em si maior importância. Mas eu acho que a atitude das autoridades maiores em casos como esse da segurança da coletividade, da segurança pessoal, pode ter consequências que valem como exemplo.

Parece-me que aquela minha atitude, Sr. Presidente, jamais tendo segurança pessoal, fazia ver às autoridades policiais que elas eram responsáveis pela segurança de todos os cidadãos e não apenas do Governador do Estado. E que eu não lhes transmitia nenhuma autoridade maior para amanhã, sob o pretexto de segurança ou de incolumidade pública, praticar qualquer abuso, qualquer excesso. Sempre procurei punir, Sr. Presidente e Srs. Senadores, todos os policiais que se excediam.

Certa vez, saiu para o norte uma patrulha comandada por um capitão que devia tomar determinadas providências de segurança. Quando eu fui informado de que esse capitão havia, em governo passado, praticado algumas violências, não tive a menor dúvida, Sr. Presidente: determinei que um avião fosse alcançar essa patrulha em determinado lugar, que fosse substituído aquele capitão, com receio de que ele viesse, no cumprimento das ordens que recebera, a praticar excessos. Casos como esse poderia contar outros, Sr. Presidente, mostrar o cuidado que sempre tive em não estimular, como bem disse o Senador Leite Chaves, as autoridades policiais a passarem além daquela linha necessária para manter a segurança coletiva, sem a prática de nenhum excesso.

Portanto, eu acredito, como bem ressaltou S. Ex<sup>a</sup> o Senador, que se pode criar um ambiente no Estado, seja de estímulo à prática de violências policiais, seja, ao contrário, de restrição, de impedimento e de desencorajamento das autoridades à prática de quaisquer excessos, de quaisquer violências.

É para uma situação como essa que nós queremos, realmente, mudar o estado de coisas que hoje existe no País. Não queremos autoridades que não tenham a confiança do povo e que sejam sempre cercados de uma segurança pessoal que não se justifica, diante da atitude pacífica com que procede a nossa população.

Não queremos autoridades comprometidas com quaisquer setores criminais, nem com exploradores de jogos ilícitos, como o do "bicho", como acontece atualmente em Mato Grosso do Sul, em que o "bicho" é explorado justamente por essa pessoa ou esse grupo a que o Governador se diz ligado "por afeição pessoal ao Sr. fulano de tal," e acusado no passado de práticas de contrabando, e não sabemos se atuais. É preciso que a autoridade fique acima de qualquer suspeita em matéria de correção, de honestidade, e a manutenção de uma linha de procedimento ético acima de qualquer suspeita. Toda autoridade deve ser como a mulher de César — dela não se pode nem desconfiar — porque existem setores da sociedade que como que espreitam as quedas no procedimento moral da autoridade para dele se valer, a fim de realizar práticas criminosas e de degrau em degrau vai a coletividade sofrendo as consequências da falta de autoridade moral dos responsáveis pelo poder.

Nunca, Sr. Presidente e Srs. Senadores, um Chefe da Nação poderia ter pronunciado aquelas palavras: "Para ganhar esta eleição nós podemos cometer alguns pecados, porque Deus nos perdoará". Nunca, jamais, em tempo algum, nenhum Chefe da Nação disse coisa parecida, e é uma tristeza para o Brasil, nos dias de hoje, que um Chefe da Nação tenha dito isto.

Esses são os estímulos indiretos a coisas como essa que acaba de acontecer no Paraná, e que não apenas entristecem a família brasileira mas a deixam assim como que em expectativa se as coisas poderão melhorar ou piorar, continuando as altas autoridades com manifestações tais.

Portanto, Sr. Presidente, eu me solidarizo com as palavras do eminente Senador Leite Chaves, com a dor de S. Ex<sup>a</sup>, como que encarnando a alma de todo o Paraná, eu me solidarizo com a família da vítima ilustre e, podemos dizer, com toda a família brasileira assim tão tragicamente enlutada.

Sr. Presidente, passando para outro assunto, justamente o dos empréstimos, alguns têm considerado o modo de enfrentar este problema, aqui no plenário do Senado, pelo corajoso Senador do Espírito Santo, Dirceu Cardoso.

Eu não tive tempo de aprofundar, numa análise, a questão dos empréstimos externos e internos aos Estados e Municípios, mas posso afirmar que quanto mais se volta a atenção para esse problema, procurando compreendê-lo melhor e mais profundamente, mais passamos a dar sempre mais razão ao Senador Dirceu Cardoso.

A avalanche de processos de empréstimos aos Estados e Municípios compromete ao mesmo tempo as finanças federais, estaduais e municipais, sobretudo nas suas consequências para um futuro próximo como todos veremos.

Prevejo, Srs. Senadores, para o próximo ano ou daqui a dois anos, ou quando forem se vencendo os compromissos dos Municípios principalmente, e muitos dos Estados, como o de Mato Grosso do Sul, eu prevejo a declaração dos administradores municipais e estaduais, no sentido de que não podem pagar as suas dívidas para com o BENDS, para com o FAS, para com o BNH; enfim, para com todos os órgãos que hoje fazem e realizam financiamentos para os municípios e para os Estados.

Além desta quase falência da União frente aos seus compromissos externos, e que está aí evidente para todos nós, acho que teremos que lamentar a manifestação da quebra dos Estados e dos municípios, diante do volume dos recursos que lhes foram repassados e, muitos deles, muito mal aplicados, como em parte acontece no Estado do Mato Grosso do Sul, e até desviados, Sr. Presidente.

E pergunto por que, sobretudo neste ano de 1982, o Governo da União, como jamais aconteceu na História deste País, foi generoso nos empréstimos aos Estados e Municípios?

A resposta é clara e uma só: esta é uma das maneiras com que o Governo e o seu Partido estão enfrentando as dificuldades eleitorais de 1982.

Quando a ilustre e ilustrada Bancada Governista aqui se levantava para nos censurar, a nós da Oposição, por que colocávamos óbices à tramitação dos projetos de empréstimo, declarando com emoção que a não concessão desses empréstimos importava em milhares e milhares de desempregos nos Estados, era a maneira mais fácil e mais simpática com que a bancada do Governo podia defender essa montanha de projetos de empréstimos aos Estados e municípios. Alguns deles, sem dúvida, procedentes, benéficos. Muitos deles, sobretudo, Sr. Presidente, nos seus propósitos, muito mais eleitoreiros do que realmente administrativos. De tal maneira que o Senado da República deixou de exercer uma função precípua que lhe foi outorgada pela Constituição Federal, Sr. Presidente, art. 42 alínea VI.

Art. 42. Competa privativamente ao Senado Federal:

VI — fixar, por proposta do Presidente da República e mediante resolução, limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e dos Municípios...

Este dispositivo constitucional, Sr. Presidente, tem uma longa história, e vem da República velha, quando os Estados e Municípios podiam fazer empréstimos externos diretamente. E nós sabemos que houve até o caso de potências estrangeiras, que ameaçaram mandar barcos armados para cobrar dívidas externas de municípios. Essa, aliás, foi uma das razões apresentadas pelos revolucionários de 1922, de 1924 e de 1930 para os seus movimentos armados contra a velha República ou a República velha.

Pois bem, agora, Sr. Presidente, nesta novíssima República esses métodos são como que aperfeiçoados no sentido de verdadeira poluição administrativa, porque é o próprio Governo Federal quem dá cobertura a esses empréstimos aos Estados e municípios, sem considerar a sua capacidade de endividamento e, portanto, a sua capacidade futura de poder honrar os compromissos assumidos e poder pagar aqueles recursos recebidos.

Sempre se entendeu, Sr. Presidente, na melhor linha dos princípios financeiros, que empréstimos como esses são feitos, como se dizia antigamente, para investimentos reprodutivos. Aqueles que, uma vez feitos, comportavam devolução, isto é, geravam rendas, geravam rendimentos para que os recursos tomados de empréstimos pudessem ser pagos. Hoje se empresta dinheiro aos Estados e Municípios para tudo até para meio-fio de calçadas, Sr. Presidente, como vemos em muitos projetos. E para outras destinações abusivamente inadmissíveis. Mas, neste ano, esses empréstimos também tiveram, em parte, uma destinação espúria, que era o seu desvio para fins eleitorais. Acho que o nobre Senador Martins Filho tem conhecimento desta fato e ele faz parte da Bancada do Governo.

O Sr. Martins Filho — Perfeitamente, nobre Senador. No meu Estado, o Rio Grande do Norte, tive a oportunidade de comprovar que no pedido de empréstimo feito pelo Governo do Estado, no valor de 20 milhões de dólares,

constava, além de outras obras já realizadas, inauguradas, concluídas, o trecho da estrada Mossoró-Carnaúbas, que foi inaugurada em 1978, quando da campanha passada. Para esse trecho — estou com o plano de aplicação no meu gabinete — destinava-se 672 milhões de cruzeiros para a construção dessa estrada que já foi inaugurada em 1978. Eram estes os esclarecimentos.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> — e muito — incorporando ao meu modesto pronunciamento um depoimento como este que acaba de dar. Um fato concreto, Sr. Presidente, entre dezenas ou centenas de outros pelos Estados e Municípios afora nesta amplidão brasileira. De sorte que esses recursos têm realmente sido desviados. É a poluição da Revolução de 64, do Governo Geisel para cá, Sr. Presidente, do Governo Geisel para cá, digo eu, porque como Governador ao tempo do meu querido amigo, a quem tanto respeito, pela seriedade do seu Governo, o Presidente Garrastazu Médici, a linha de conduta era outra, e vou citar casos, Sr. Presidente: eu estava construindo, como construí em boa parte, o Centro Político Administrativo da Capital de Mato Grosso, e pleiteava empréstimo junto ao Banco da Amazônia para certas obras de infra-estrutura, como água, esgotos, galerias pluviais e a construção de dois prédios, sendo um deles o do Tribunal de Contas do Estado. Veio para o Sr. Presidente Médici, e S. Ex<sup>a</sup> cortou os empréstimos para a construção de dois prédios. E o meu Secretário de Planejamento, vindo a mim, disse — “Tenho uma má notícia: o Presidente cortou o empréstimo para a construção desses dois edifícios.” E eu lhe respondi: — “Nada me causa tão grande satisfação por ver a seriedade com que o Presidente leva a Administração Federal. Fez muito bem em cortar, porque os empréstimos para essas outras finalidades — obras de infra-estrutura — e que amanhã vão devolver, ao Estado, os investimentos feitos se justificam, mas esses dois, não. Assim procedia o Presidente Médici. Disseram-me, Sr. Presidente, que o Ministro Delfim — o Ministro Delfim do Presidente Médici — teria sido acessível à concessão de recursos para a construção de estádios. O Estádio é um esporte, não é simplesmente futebol. E acreditando nisso eu vim a S. Ex<sup>a</sup> Estava construindo em Cuiabá, como o atual Governador de Mato Grosso do Sul já construíra em Campo Grande, um estádio — vim a ele e lhe solicitei recursos. Ele pôs a mão na cabeça e disse: “Para isso, nunca dei recursos e nem darei recursos”. Ai eu falei: “mas, Ministro, eu fui informado de que V. Ex<sup>a</sup> já o deu”. Ele disse: “Se V. Ex<sup>a</sup> for capaz de citar algum, eu o darei”. Mas, na verdade, ele não tinha concedido nenhum empréstimo com essa finalidade.

Pois bem, Sr. Presidente, este ano nós votamos aqui quantos milhões de dólares para terminar o estádio de Terezina que já havia sido construído pelo Senador Alberto Silva, quando da sua administração naquele Estado? E como mostrou e demonstrou aqui, o Senador Alberto Silva, essa seria, pelo menos, a segunda ou terceira aplicação de recursos federais na construção do estádio da Capital do Piauí.

Veja como os tempos mudaram e como a Revolução mudou, Sr. Presidente! Por isso é que eu digo que de Geisel para cá a Revolução não foi aquela até a administração do Presidente Médici. Eu usaria aquela expressão de João Neves da Fontoura, que o que se passa de uns tempos para cá com a Revolução, pelos que ainda se dizem revolucionários de 1964, não é uma contrarrevolução mas é o contrário de uma revolução, na qual todos nós acreditamos e acredito que V. Ex<sup>a</sup>, também nela empenhou a sua confiança em boa parte.

Todas essas considerações, Sr. Presidente, vêm a propósito do último empréstimo concedido ao Governo de Mato Grosso do Sul, de 60 milhões de dólares. Fiz, aqui, uns cálculos que vou tentar resumir: considerando o dólar a 192 cruzeiros — se não me enganô no mês de agosto ou setembro, que era a sua cotação quando fiz esses cálculos — o art. 2º, da Resolução 62 de 1975, do Senado, lei do Senado para o Senado, Sr. Presidente, para o Senado aplicar, obedecer e seguir as suas disposições, reza o seguinte:

“A dívida consolidada interna dos Estados e Municípios deverá conter-se nos seguintes limites: o montante global não poderá exceder a 70% da receita realizada no exercício financeiro anterior.”

Pois bem, o processo que aqui se encontra, por fotocópia, dessa operação de empréstimo externo de sessenta milhões de dólares ao Estado do Mato Grosso do Sul nos informa que, a receita realizada com a devida correção monetária pelo Estado de Mato Grosso do Sul, no ano anterior, foi de trinta e seis milhões; 70% dessa receita dá vinte e cinco bilhões e duzentos milhões de cruzeiros. A dívida externa do Estado já era de vinte milhões concedidos em 18-8-80, e trinta milhões em 8-3-82. Portanto, somando a cento e noventa e dois o dólar, nove bilhões e seiscentos milhões. Mais quarenta milhões de dólares autorizados segundo ofício S-45 de 1981, também aprovado recentemente pelo Senado, importando pois, em sete bilhões, seiscentos e oi-

tenta milhões. A dívida intralimite, que entra no cálculo do teto permitido pelo inciso I do art. 62, da Resolução 62/73, a dívida intralimite do Estado era cinco bilhões, cento e quatorze milhões, trezentos e oitenta e três mil, novecentos e sessenta e um cruzeiros.

Portanto, no total de vinte e dois bilhões, trezentos e noventa e quatro milhões, trezentos e oitenta e três mil, novecentos e sessenta e um cruzeiros.

Agora, o empréstimo a ser concedido de sessenta milhões de dólares, a cento e noventa e dois cruzeiros, dá em cruzeiros, onze bilhões, quinhentos e vinte milhões: total; trinta e três bilhões, novecentos e quatorze milhões, trezentos e oitenta e três mil, novecentos e dezesseis cruzeiros.

Diminuindo-se o teto de 70% da receita realizada no ano anterior por Mato Grosso do Sul, menos vinte e dois bilhões e duzentos milhões, temos que o teto permitido foi excedido, segundo o art. 2º, item I, da Resolução 62, foi excedido em oito bilhões, setecentos e quatorze milhões, trezentos e oitenta e três mil, novecentos e sessenta e um cruzeiros.

O item II do art. 2º a mesma coisa. Não vou, Sr. Presidente e Srs. Senadores, fazer como fiz quanto ao item I, a leitura de todos os elementos do processo. Mas, a conclusão é a seguinte: foi excedido o teto permitido em sete bilhões, quatrocentos e onze milhões, quinhentos e oitenta e três mil, novecentos e dezesseis cruzeiros.

Também mais uma vez violado, vamos dizer assim, materialmente, concretamente, objetivamente, um dispositivo da Resolução nº 62, do Senado Federal.

Agora eu pergunto, Sr. Presidente e Srs. Senadores: Se o Senhor Presidente da República, assessorado pelo Banco Central, pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministério do Planejamento de um lado e de outro o Senado, que se traçou essas normas que eu acabo de ler, se esses dois órgãos da cúpula do poder, da cúpula administrativa da federação brasileira violam flagrante e materialmente a lei para conceder um empréstimo que não podia ser concedido a um Estado, eu pergunto: esse Estado amanhã, que no caso é o Mato Grosso do Sul, não poderá pagar esses compromissos, ele terá obrigação de pagá-los? Ele terá obrigação de pagar esses compromissos feitos no exterior, mas avalizados pela União, pelo Governo Federal, ele terá obrigação de pagá-los?

A meu ver, não, Sr. Presidente. A meu ver não, porque a culpa toda cabe ao Poder Executivo da União e ao Senado da República, que não podiam dar esses recursos ao Estado de Mato Grosso do Sul. O Governador de Mato Grosso do Sul é sabidamente um homem irresponsável, Sr. Presidente. É um irresponsável na sua vida pública e na sua vida particular, porque falido ele estava quando foi para o governo de Mato Grosso do Sul há dois anos atrás.

Pois bem, a esse homem o Governo da República e o Senado da República dão um empréstimo fora, com violação frontal e material de dispositivos legais, sobretudo o Senado, Sr. Presidente, numa lei do Senado para o Senado.

Vou advogar, amanhã, nesta Casa e neste Plenário, a não-responsabilidade dos Estados aos quais se deram os empréstimos, contra disposições flagrantes das Resoluções nº 62 e 93 desta Casa, porque se o Senado não respeita a lei que fez para si mesmo, Sr. Presidente, se o Chefe da Nação assessorado por um Ministério do Planejamento, pelo Ministério da Fazenda, pelo Banco Central, por pura politicagem, da pior que tem existido neste País, daquela politicagem que foi condenada e pela qual morreram brasileiros, em 1922, em 1924 e em 1930 também, e ameaçaram muitos de serem mortos, em 1964.

Se este Governo da República concede empréstimos assim, ao arrepio material da lei, ele não tem o direito de forçar os Estados a pagar esses compromissos, porque a responsabilidade maior e primeira é do Chefe da Nação e do Senado da República.

Esta é a manifestação, Sr. Presidente, que não podia deixar de fazer, agora, como uma antecipação, sem dúvida, das posições que vou assumir aqui, a partir de 1983, na defesa, do meu Estado que, estou certo, vai passar das mãos irresponsáveis e indignas de um Governador como esse que temos hoje, para um outro Governador, de mãos limpas, responsável, que vai sofrer pela situação em que vai encontrar o Mato Grosso do Sul. E vou defender não apenas o Governo do meu Estado e do meu Partido, mas o povo de Mato Grosso do Sul, contra a irresponsabilidade na concessão desses empréstimos pelo Chefe da Nação, com todas as suas assessorias e lamentavelmente, digo também, pelo próprio Senado da República.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Tendo-se encerrado o prazo da licença que lhe foi concedida, reassume, nesta data, o mandato pelo Estado do Rio de Janeiro, o nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

Trabalhos das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

**ORDEM DO DIA**

Trabalhos das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Cavalcante) — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos.)*

**ATA DA 146ª SESSÃO, REALIZADA EM 29-9-82**

(Publicada no DCN (Seção II), de 30-9-82)

**RETIFICAÇÃO**

No Parecer nº 779, de 1982, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 183/82-DF, que autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimo para aparelhamento do Hospital Regional da Asa Norte:

Na página nº 3732, 1ª coluna, na numeração do parecer,

Onde se lê:

**PARECER Nº 79, DE 1982**

Leia-se:

**PARECER Nº 779, DE 1982**